

# Um ano de arrocho e expectativa em 97

*O governo terá de se esforçar para combater o déficit da balança comercial e reduzir os gastos públicos, que podem afetar o Real*

Ricardo Leopoldo  
Da equipe do Correio

**S**ão Paulo — Sinal amarelo para o País em 1997. Num ano pré-eleitoral, menos custoso ao Executivo para aprovar reformas constitucionais do que em 1998, o governo será “atazanado” pelo déficit público (despesas maiores que receitas), por exportações mediocres e crescimento limitado a 4% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma das riquezas produzidas pelo país em um ano.

Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e um dos arquitetos do Plano Cruzado (1986), diz que as incertezas do desempenho da economia no próximo ano vêm do financiamento das contas públicas, que vem sendo garantido basicamente por empréstimos externos.

“O Plano Real está cada vez mais dependente de recursos dos quais não temos controle. São créditos que podem não vir. Se os Estados Unidos, Japão e Alemanha aumentam os juros, o que pode ocorrer em 1997, parte do dinheiro que receberíamos fica por lá. Para que resgatemos o capital pretendido também temos que subir os juros. Isso reduz a atividade da economia, traz desemprego e eleva as despesas governamentais e das empresas que captaram dinheiro lá fora em dólares com eurôbonus”, comenta.

## DÍVIDA EXTERNA

De acordo com Altamir Lopes, chefe do Departamento Econômico do Banco Central (BC), em 1996 o País terá de pagar US\$ 12,8 bilhões em amortizações da dívida externa. Além desses números, o Brasil terá US\$ 21 bilhões em déficit de transações correntes. Isto é a soma das im-

portações sobre as exportações (que será negativa, perto de US\$ 4,5 bilhões) mais despesas com juros, fretes, royalties e seguros. Essa conta é descontada em US\$ 3 bilhões enviados ao País pelos brasileiros que trabalham no exterior.

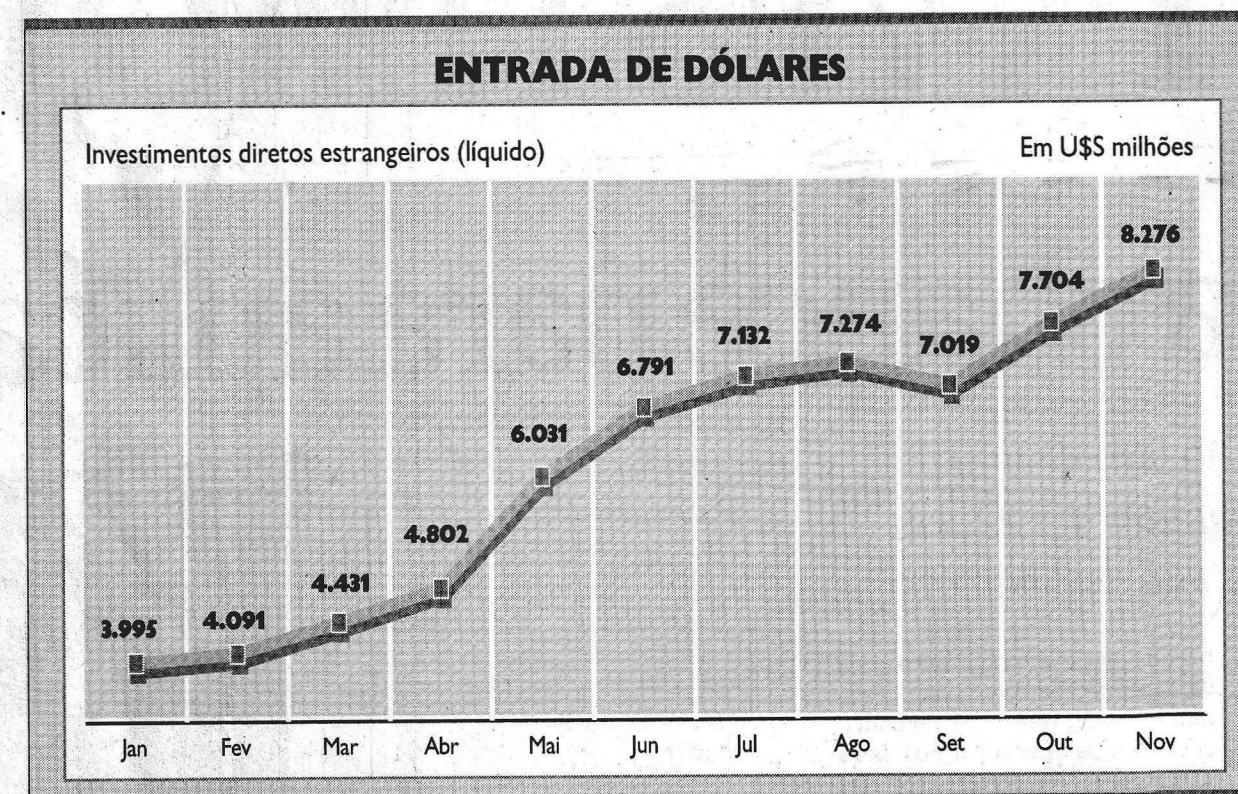
Em 1997, segundo o BC, o Brasil precisará desembolsar US\$ 18,1 bilhões para quitar parte dos débitos com bancos estrangeiros. Além disso, as transações correntes ficarão com saldo negativo de US\$ 24 bilhões. Ou seja, o grosso do pagamento dos empréstimos internacionais do governo saltará de US\$ 33,8 bilhões em 1996 para US\$ 42,1 bilhões em 1997. O aumento da necessidade de refinanciar os passivos é de US\$ 8,3 bilhões, um salto de 24,55% em 12 meses.

## RESERVAS

“Este ano a captação de recursos externos, dos quais US\$ 8,5 bilhões em investimentos diretos, bancará o déficit em contas correntes. Sobrarão até US\$ 8,6 bilhões que vão para as reservas internacionais. Em 1997, a perspectiva é favorável para o financiamento dos US\$ 24 bilhões de déficit. Não sei se haverá excedentes”, afirma Lopes.

Segundo Belluzzo, os credores internacionais, contudo, poderão endurecer e cobrar juros mais altos se o governo não se livrar da areia móvel em que se meteu há dois anos: o déficit público. Para um país com sérias dificuldades de poupança interna — os investimentos não chegam a 18% do PIB quando deveria ser de 25% do produto interno — pouco valerá no futuro jogar a inflação para 10% ao ano se os gastos passam as receitas em aproximadamente US\$ 28,8 bilhões.

Em 1995, o buraco nas contas do governo foi de 4,99% do PIB, revisado mais tarde pelo BC para 4,79%.



Para este ano, o Executivo prometeu cortar as despesas pela metade. Errou feio. A taxa chegará a 4% do produto interno, o equivalente a US\$ 10,8 bilhões em despesas a mais do que havia planejado.

Novamente o Ministério da Fazenda diz que jogará o déficit para 2,5% do PIB. Raul Velloso, um dos maiores especialistas do país no tema, é mais comedido. Projeta um déficit de 3,3% em 1997. Para ele, vários fatores ajudarão o caixa da União, governos estaduais, prefeituras, estatais e da Previdência Social.

## ALÍVIO

“Subirá a arrecadação (para R\$ 120 bilhões) com o crescimento da economia em 4% do PIB. Pela Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) o governo receberá R\$ 5 bilhões ao ano. Outros R\$ 2,5 bilhões virão do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) terá um alívio no pagamento de atrasados, o que ocorria há três

anos. Só em 1996, essas despesas chegaram a R\$ 1,2 bilhão”.

Segundo Velloso, a expectativa da queda dos juros reais medidos por ano é outro elemento positivo. Em 1995 a taxa Selic, uma das principais do mercado financeiro, explodiu para 33% e ficou nos 17% em 1996. No próximo ano, o valor cairá a 12%.

A repetição de um resultado fraco nas exportações é outro consenso nacional para 1997. Governo, economistas, acadêmicos e parlamentares estão pouco otimistas com as vendas externas no próximo ano. O deputado Antônio Delfim Netto (PPB-SP) não acredita que o crescimento no comércio de produtos nacionais no exterior ultrapasse 6% em relação ao desempenho de 1996.

“O exportador está baqueado pela sobrevalorização do real em relação ao dólar. Como que esse empresário pode trabalhar duro num negócio de rentabilidade duvidosa, se pode ganhar dinheiro na área financeira com os juros reais em 17% ao ano, quase o triplo do cobrado lá fora?”, pergunta.

## ALERTA

**“O exportador está baqueado pela alta valorização do real em relação ao dólar”**

Delfim Netto  
Deputado Federal (PPB-SP)

